

A MULHER E A FAMÍLIA: AGENDAS PENTECOSTAIS NA DISPUTA PELA GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS*

DOI: 10.12957/synthesis.2022.69311

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA** E OLÍVIA ALVES BARBOSA***

Resumo: Antes de assumir o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves ficou conhecida por um vídeo no qual narra sua experiência de conversão vivida no alto de uma goiabeira. Reconhecida como pastora pentecostal, Damares é a primeira ministra desde a fundação do Ministério, ocorrida em 1998, a declarar sua religião e a associá-la a seu engajamento político. Em sua posse, ela afirmou que, se o Estado era laico, a partir de agora ele teria também uma ministra terrivelmente cristã. A ascensão de Damares como ministra pode ser entendida como um marco em meio a um processo que colocou parte do segmento evangélico pentecostal na disputa pela gramática dos Direitos Humanos no país. Este artigo pretende analisar alguns sentidos dos direitos humanos no Estado Brasileiro, com foco no Poder Executivo. O objetivo central do artigo é analisar como sujeitos religiosos nas secretarias e comissões centrais traduzem a religião em políticas públicas e buscam o reconhecimento público de suas práticas como humanitárias. O artigo enfoca, portanto, o papel de sujeitos religiosos na composição de cargos na Secretaria da Família e na Secretaria da Mulher entre os anos de 2019 e 2021.

Palavras-Chave: direitos humanos; gênero; políticas públicas; religião; Poder Executivo.

Women and the family: pentecostal agendas in the dispute for the grammar of human rights

Abstract: Before becoming the head of the Ministry of the Woman, the Family, and Human Rights (MFDH), Damares Alves was well-known for a video in which she narrates her religious experience of conversion lived on top of a guava tree. Recognized as a Pentecostal pastor, Damares is the first minister since the Ministry was created, in 1998, to declare her religious identity as a justification for her political engagement. In her inauguration ceremony, she affirmed that if the State was secular, from now on it would also have a terribly Christian minister. The rise of Damares as a minister can also be understood as a milestone in a process that placed part of the Pentecostal Evangelical segment in the dispute for the grammar of Human Rights in the country. This article aims to shed light on the meanings of human rights in

* Esse artigo foi produzido com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2019/19639-8.

** Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9884-353X>. E-mail: jamoteka@gmail.com

*** Doutoranda em Direitos Humanos (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8963-0241>. E-mail: olivia.a.barbosa@gmail.com

the Brazilian State within the scope of the Executive branch. It analyses how religious subjects in secretariats and central commissions translate religion into public policies and seek public recognition of their practices as humanitarian ones. The article thus focuses on the role of religious subjects in the composition of positions in the Secretariat for the Family and the Secretariat for Women between 2019 and 2021.

Keywords: human rights; gender; public policy; religion; Executive power.

1 A MINISTRA E O PROBLEMA PÚBLICO

*"Atenção, atenção: é uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa!"*¹ Esta frase foi dita por Damare Alves, em 02 de janeiro de 2019, logo após sua cerimônia de posse como ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e circulou em vídeo gravado por uma de suas assessoras. A pasta ocupada por Damare foi criada no governo de Jair Bolsonaro com a promessa de promover uma ruptura com algumas políticas públicas desenvolvidas, principalmente, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, entre 2002 e 2016. Na cena em questão, Damare aparece cercada por apoiadores homens, que protagonizam o vídeo, mas é possível perceber a presença de mulheres que, não aparecendo na imagem, entoam com entusiasmo: "menina veste rosa".

Na época, o vídeo "viralizou". Foi publicado nas redes sociais da ministra e, em seguida, compartilhado por perfis e páginas de internet, promovendo uma significativa mobilização tanto entre apoiadores das pautas defendidas por Damare quanto por aqueles que criticam seus posicionamentos políticos. Pastora de trajetória pentecostal e advogada que se denomina especialista em Direito de Família, Damare Alves é conhecida por seu ativismo jurídico em pautas antiaborto e pela liberdade religiosa no país.



Figura 1– Captura de imagem do vídeo de Damare²
Fonte: Site Globo.com

Ao ser interpelada pelos principais veículos de comunicação sobre o contexto da cena, Damare Alves justificou-se dizendo que se tratava de um momento de descontração, de comemoração e que seu objetivo não fora fazer nenhuma declaração formal acerca da agenda de interesses de seu Ministério. Mas, na própria cerimônia de posse, também afirmou que a base da estruturação das políticas públicas do governo Jair Bolsonaro era a família: *“Todas as políticas*

públicas neste país terão que ser construídas com base na família. Assumo hoje com vocês o compromisso de que a família vai ser considerada em todas as políticas públicas". Um dos desafios do atual governo consistiria em romper com o chamado "abuso de doutrinação ideológica":

"Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes" ³.

Os discursos de Damares Alves, bem como sua nomeação para chefiar o Ministério, dão visibilidade ao potencial da categoria 'família' de produzir engajamento e levar à ação política. Neste artigo, pressupõe-se que esse seu potencial está ligado ao fato de 'família' acionar o conceito de gênero, que tem estado no foco de disputas entre distintos grupos políticos pela forma legítima de se operar as políticas públicas junto ao Estado brasileiro. Partindo deste pressuposto, mostraremos como equipamentos criados para o desenvolvimento de políticas públicas de direitos humanos se tornaram o espaço central daquelas disputas na medida em que gênero e família passam a circular por essas instâncias como modos de enunciação de identidades políticas e produtores de legibilidade acerca de quem deve ocupar o Estado.

Pensar os usos sociais do conceito de gênero nos parece um exercício analítico necessário considerando a maneira como ele figura no centro das disputas pelos regimes de operação do Estado cujos sentidos são produzidos na relação direta com a noção de família. Essa correlação entre 'família' e os aparelhos estatais é fundamental para a compreensão das práticas do governo Bolsonaro, nas quais é essencial para a construção da legibilidade de sua atuação. Pretendemos mostrar como as estratégias de construção da legibilidade do governo Bolsonaro passam pela disputa da gramática dos direitos humanos por articularem suas plataformas governamentais com um ativismo jurídico internacional que tem na família o princípio ordenador de sua agenda política (HERMAN; BUSS, 2001). Importa salientar que entendemos que a gramática e os sentidos dos direitos humanos não estão dados, isto é, não são estáveis, mas variam e são disputados entre diferentes grupos e sujeitos políticos no Brasil. Nesse sentido, considerando suas alianças em âmbito nacional e internacional, olhar para a produção das políticas públicas promovidas pelo Ministério liderado por Damares Alves desde 2019 nos parece fundamental, porque elucida o modo como os direitos humanos têm sido interpretados por grupos e governos que defendem pautas antigênero.

Embora as ações de Damares tenham se mostrado emblemáticas para a circulação de pautas antigênero, sua atuação na arena pública tem sido comumente subestimada pelos veículos de comunicação nacionais, que qualificam suas falas e o Ministério que coordena como parte de uma estratégia em que a governabilidade é exercida por meio da produção de "cortinas de fumaça". Em outras palavras, de acordo com alguns analistas políticos e jornalistas, as ações de Damares e as políticas públicas criadas em seu Ministério não passariam de um meio de desviar a atenção da sociedade civil para longe de problemáticas mais substanciais. Em sentido oposto, entendemos que pensar a atuação de Damares Alves e a articulação de uma gramática de Direitos Humanos no governo Bolsonaro a partir da noção de problema público (CEFAI, 2017) nos permite um distanciamento heurístico desses pressupostos, na medida em que nos interpela a observar as disputas pelos regimes de funcionamento do Estado que se desdobram em controvérsias que têm como foco a agenda dos direitos sociais. Essa perspectiva nos permite considerar que, sob a bandeira dos direitos humanos, construiu-se uma estratégia política central para a visibilização de uma coalizão política conservadora, que garantiu a eleição do atual presidente da República.

Desde sua primeira aparição nacional, em 2011, a projeção da imagem pública de Jair Bolsonaro esteve relacionada à produção de uma controvérsia que agregou a categoria família a alguns usos sociais do conceito de gênero, que, como mostraremos a seguir, teve seu reconhecimento público conferido pela expressão "ideologia de gênero". Apesar de ser amplamente utilizada no Brasil, a expressão "ideologia de gênero" foi criada pelo Vaticano em

um contexto de disputas em torno dos direitos reprodutivos e sexuais na preparação para as Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento, em 1994, e sobre a Situação das Mulheres, em 1995. A forte presença Católica na América-Latina e a criação de alianças internacionais que visavam à constituição da ‘família natural’ como uma categoria emanadora de direitos na esfera internacional acabou por colocar o conceito de gênero no centro de disputas políticas em quase todos os países da região, constituindo um problema público. Daniel Cefai (2017), ao definir “problema público”, apresenta uma breve genealogia da noção de situação problemática citando a publicação de *The Public and Its Problems*, escrito por John Dewey em 1927. A noção de situação problemática emerge quando uma determinada questão é capaz de produzir ações sociais, processos de inquietação, interrogação, investigação, discussão, experimentação. Essas mobilizações se traduzem em associações, organizações, bem como na produção de lideranças capazes de produzir o engajamento e a defesa de determinadas posições em arenas cada vez maiores.

A noção de situação problemática nos parece produtiva, pois permite compreender os processos pelos quais gênero e família emergem como categorias produtoras de engajamentos políticos. As disputas em torno destes conceitos produzem uma dinâmica coletiva que “faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público” (CEFAI, 2017, p. 188). A construção de um problema público, que também pode ser descrita pela noção de momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), está relacionada à capacidade que determinadas temáticas adquirem ao reunir repertórios e sensibilidades de grande alcance. Trata-se de um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos que ocupam centralidade em determinadas conjunturas sociais por permitirem a constituição de formas variadas de engajamentos.

O engajamento possui uma dimensão situacional, que faz com que o ativismo invista em técnicas de justificação ética na coordenação de suas ações e pautas, seja na política, no trabalho, ou em outra atividade coletiva qualquer. A situação problemática emerge dessa associação social que se mobiliza ao constatar que há algo errado, que as relações já não transcorrem do mesmo modo e que algo precisa ser feito para contornar tal cenário. Assim, os problemas públicos se constituem por meio de redes de acontecimentos, situações que permitem a realização de um duplo movimento: uma reflexão interna e uma performance exteriorizada, que depende do uso de tecnologias capazes de projetar os princípios e os regimes de negociação dessa forma de engajamento na arena pública (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Em meio a esse exercício analítico com o objetivo de apreender os regimes de elaboração de problemas públicos, ou seja, os processos de produção de algumas tecnologias de engajamento – a saber, a categoria “família” e o uso do conceito de gênero operado pelo ativismo antigênero –, os direitos humanos deixam de ser uma categoria jurídica fixa e passam a se constituir como um lugar de enunciação. Isto é, eles são uma linguagem produtora de sensibilidade política cujo potencial de ação ultrapassa sua dimensão regulatória (SILVA; NAGAMINE; BARBOSA, no prelo). Como argumentam Silva, Nagamine e Barbosa (no prelo), os direitos humanos são uma língua corrente para tratar de assuntos que concernem à construção e à regulação de relações sociais dos Estados com seus nacionais, entre os seus nacionais e desses com os nacionais de outros Estados, a partir do princípio de que todos são pertencentes a uma humanidade comum.

De acordo com a perspectiva de uma sociologia pragmatista, podemos pensar que os direitos humanos ganham vida na interação comunicativa em torno de problemas públicos nos quais figuras públicas como Damara Alves se constituem em função da sua capacidade de formar um público (CEFAI, 1996, p. 2017). Entendemos que as controvérsias acerca do conceito de gênero conformaram sensibilidades e identidades políticas que impactam na criação e implementação de políticas públicas relacionadas aos direitos de mulheres e meninas, no Brasil de Bolsonaro. A seguir, apresentamos uma breve genealogia dos direitos humanos.

2 BREVE GENEALOGIA DA FORMAÇÃO DA GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Nesta seção, pretendemos analisar de que modo engajamentos em fóruns globais concorreram para a construção dos direitos humanos como uma linguagem chave para a ocupação da burocracia estatal. Ela se assenta, portanto, no pressuposto de que os engajamentos do Brasil em fóruns globais, seja com outros Estados, seja com sujeitos não estatais, importaram para dar aos direitos humanos a forma na qual os reconhecemos, isto é, em que instituições

internacionais e nacionais os têm agenciado em prol da reafirmação do respeito e da promoção de uma pluralidade dos modos de vida. Na atualidade, entretanto, essa sua forma presente está em disputa, pois um grupo de atores atua em fóruns internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão sobre a Situação das Mulheres, ambos da Organização das Nações Unidas (ONU), e em redes transnacionais patrocinando uma leitura concorrente dos direitos humanos, que os interpreta à luz de “valores tradicionais da humanidade” (NAGAMINE, 2017). Essa nova interpretação com fulcro na noção de ‘família natural’ pretende alinhar os direitos humanos a visões religiosas do mundo (HERMAN, 1999).

Num quadro mais geral, os principais tratados internacionais de direitos humanos foram adotados entre os anos 1940 e 60. São eles (i) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consiste em uma resolução da Assembleia Geral da ONU adotada por unanimidade em 1948 e que se tornou uma norma mandatária de direito internacional, e (ii) os Pactos das Nações Unidas para Direitos Civis e Políticos e para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, que são tratados multilaterais que o Brasil se obrigou a implementar. Uma historiografia recente tem postulado que, apesar desses marcos, os direitos humanos só se tornaram uma língua franca global em meados dos anos 1970 (MOYN, 2010). Um efeito dessa transformação é que, a partir de então, a mobilização dos direitos humanos para a formulação de demandas por mudanças sociais tenderia a ter ressonância em diferentes sociedades nacionais.

Segundo o historiador Samuel Moyn (2001), a ascensão dos direitos humanos seria decorrente, por um lado, do declínio de utopias concorrentes, como o nacionalismo, o socialismo e o comunismo, e por outro da sinergia de dois processos políticos: a luta contra ditaduras latino-americanas e as dissidências do comunismo no leste europeu. Nesses dois processos, os direitos humanos teriam sido mobilizados para construir determinadas situações como problemas comuns que requeriam solução urgente e para enquadrar demandas articulando redes transnacionais pelas quais outros governos pudessem pressionar os seus a mudar de posição ou conduta. No caso do Brasil, o argumento de Moyn é corroborado pela tese do sociólogo Luciano Oliveira (2011) que, analisando fontes documentais de grupos da esquerda brasileira atuantes contra a ditadura militar, mostra (i) como os direitos humanos passaram a ser acionados para enquadrar o problema da tortura nos anos 1970 e (ii) as tensões, disputas e a percepção dos ganhos que sua adoção encerra, tanto para fora quanto para dentro do país. Sobre esse aspecto, Claude Lefort, que foi orientador de Oliveira, escreveu um artigo em 1979, período que pode ser entendido como fundamental para as tensões e disputas explicitadas acima, apontando que os direitos humanos ascendiam entre dissidentes no leste europeu e nas ditaduras latino-americanas como um quadro “apolítico” em um sentido específico: descolado das disputas entre capitalismo e socialismo, direita e esquerda, no contexto da guerra-fria. Por isso tais direitos pareciam facilitar a aglutinação de forças em torno de determinadas causas e, antes, sua construção como problemas comuns (LEFORT, 1979).

Uma característica evidente na ascensão dos direitos humanos no continente latino-americano e em particular no Brasil é que a sua vida social transcorre primeiro nos espaços de atuação de sujeitos religiosos. No Brasil, sua circulação se deu, sobretudo, durante os anos de 1980, pelas Comunidades Eclesiais de Base, ou “CEBs”, aproveitando esse espaço de acesso à população que se constituiu na dinâmica de um trabalho pastoral promovido pela Igreja Católica. Nesse espaço, os direitos humanos foram mobilizados em relação com a Teologia da Libertação, a luta pelo direito à terra, e encontraram em sujeitos com trajetória política consolidada que assumiam publicamente seu pertencimento ao catolicismo algumas de suas vozes mais emblemáticas, como é o caso de Franco Montoro (que foi Senador Federal e Governador do Estado de São Paulo pelo PMDB entre os anos de 1983 e 1987) (REIS, 2012). Nesse circuito os direitos humanos teriam se moldado como uma linguagem de justiça tanto para indivíduos contra o Estado quanto econômica e social. Assim, podemos pensar a gramática dos direitos humanos no Brasil como uma linguagem a partir da qual a esquerda política conseguiu generalizar a sua luta no país e o cristianismo, com destaque para a Igreja Católica, conseguiu se moldar à democracia nascente ao encontrar um dispositivo de onde se tornou possível traduzir algumas de suas pautas teológicas como moralidade civil (OLIVEIRA, 1992).

Moyn (2007) argumenta, entretanto, que os laços entre catolicismo e direitos humanos são mais antigos, estreitos e intrincados. Eles remontam à segunda metade dos anos 1930, quando a

ideia de “dignidade humana” é inscrita na Constituição irlandesa no intuito de deslocar uma formulação secular. Na mesma linha, o historiador sueco Linde Lindkvist (2013) analisa em sua tese doutoral a centralidade da liberdade religiosa na elaboração da Declaração Universal de 1948. Não cabe aqui reconstruir a argumentação de Moyn e Lindkvist, mas seu argumento de interesse é que, nos anos 1930 e 40, expressões cristãs que se tornaram centrais ao que nós estamos chamando aqui de gramática dos direitos humanos, tais como “dignidade humana” e “pessoa humana”, apresentam-se e são usadas por sujeitos políticos como alternativas ao secularismo. Entre outras coisas, isso significa que a percepção dos direitos humanos como linguagem secular, apartada da religião ou mesmo de resistência a ela, é uma construção posterior ao aparecimento de importantes tratados legais.

No caso do Brasil, o período pós-redemocratização testemunhou um engajamento crescente do Estado com os direitos humanos, sobretudo nas relações internacionais. Esse engajamento se deu apesar de contestações relacionadas com esses direitos no plano interno herdadas da própria ditadura, que logrou difundir entre a população a ideia de que “direitos humanos são coisa de bandido”. Dos anos 1980 ao final dos anos 2010, o Brasil assinou todos os tratados internacionais multilaterais e reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Comitê de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional. Mais do que isso, o país assumiu crescente protagonismo em matéria de direitos humanos, com destaque para direitos relacionados às minorias étnicas e raciais, às mulheres e aos chamados direitos de pessoas LGBTQIA+, ao lado de África do Sul, Argentina e Uruguai.

Nosso interesse consiste em analisar o modo como aproximar-se de uma gramática internacional sobre os direitos humanos configura uma linguagem política que legitima sujeitos religiosos para atuarem junto ao Estado. Essa gramática foi extensamente desenvolvida e articulada a partir de alguns acontecimentos que, no âmbito desta análise, constituem-se como situações problemáticas, nas quais determinados sujeitos que ocupavam uma posição marginal no cenário político nacional alcançaram visibilidade pública na medida em que conjugaram pertencimento religioso e direitos humanos, usados como repertório civil.

Como já dito, esse movimento junto aos direitos humanos não é uma especificidade brasileira, mas se estende como uma estratégia comum a movimentos internacionais cristãos, uma tecnologia de participação política que se configura institucionalmente a partir do final da década de 1980, com a criação dos conselhos consultivos da ONU, os quais garantiram a participação de associações representativas da sociedade civil (NAGAMINE, 2017). O ativismo religioso contrário à inscrição do gênero na gramática dos direitos humanos e à sua operacionalização nas instituições internacionais foi ganhando espaço internacional e sedimentando alianças entre católicos e protestantes na disputa por cargos de assessoria e diretorias na ONU. Seu intuito era fortalecer uma agenda familista, que passa a se contrapor aos direitos reprodutivos e sexuais com base na ideia de que eles representariam risco à família, entendida como unidade social primeira (BUSS; HERMAN, 2001).

Sobre a defesa de políticas “pró-família”, fala-se de um modelo particular de família (pai, mãe e filhos), denominada por esse ativismo religioso como “família natural”. Esta se diferencia dos modelos de família ‘antinaturais’, tanto religiosamente quanto socialmente. A categoria da ‘família natural’ não está inscrita na letra dos diplomas legais na matéria, mas remete a uma disposição recorrente nela, segundo a qual a família é elemento natural da sociedade e do Estado, sendo mobilizada para reorientar a interpretação dos direitos humanos. Para além de esse ativismo ter sido marcado por discursos teológicos e teólogos católicos, a aliança com outras formas de cristianismo trouxe para a cena internacional do ativismo antigênero cientistas sociais conservadores que, em trabalhos acadêmicos desenvolvidos em universidades consideradas laicas, buscam “provar” uma ligação entre famílias divorciadas e monoparentais e uma série de males sociais, sobretudo nos Estados Unidos. Nesse discurso especializado, “famílias sem pai” são responsabilizadas por, entre outras coisas, psicose infantil, abuso sexual e problemas de saúde em geral, depressão em adultos, aumento das taxas de homicídio, sexo adolescente, puberdade anormalmente precoce em crianças do sexo feminino, crianças portando armas para a escola e um aumento da prevalência da “síndrome da morte súbita infantil” (MANN, 1999).

A elaboração científica de várias dimensões moralizadoras e que encontra na ideia de família uma modelagem pública para um repertório religioso constitui uma característica fundamental do atual conservadorismo marcado pela junção das pautas políticas ao discurso religioso. Nesse sentido, a concepção de direito ganha uma dimensão moral e o mundo é tido como um local de pecado e de desgraça. Nele estariam as drogas, a prostituição, os vícios e as condutas pecaminosas que afastariam o indivíduo de Deus e dos planos divinos para a sua vida. Em oposição ao mundo, a Igreja seria o reino das virtudes, da palavra bíblica e das condutas corretas que levariam o indivíduo ao plano divino para sua vida terrena e salvação de sua alma (BUSS, 2003).

Em estudo do início dos anos 2000, Doris Buss e Didi Herman (2003) já sugeriam que uma rede transnacional, a qual denominaram “direita cristã onusiana”, tinha se articulado por ocasião das Conferências da ONU, com destaque para a do Cairo, em 1994, e a de Pequim, em 1995. O que parece novo contemporaneamente é que essa rede se deslocou para o centro da política em diferentes locais e tem construído suas demandas na gramática dos direitos humanos. Duas formas particulares de ação do ativismo cristão conservador se destacam no Brasil. Uma é a aposta na configuração de controvérsias, a qual se traduz no investimento em enquadramentos e performances visando a produção de engajamentos que, favoráveis ou contrários, ampliarão a circulação de seus discursos. O modo como isso se dá pode ser ilustrado pela ampla circulação das falas de Damares Alves como a mencionada no início deste artigo: “*meninos vestem azul e meninas vestem rosa*”. Não raro controvérsias compreendem processos de nomeação, a atribuição de nomes a fenômenos no intuito de torná-los visíveis ou mudar a percepção a seu respeito.

Outra das suas formas privilegiadas de ação são usos da liberdade de opinião em defesa da liberdade religiosa, que lhes têm possibilitado justificar publicamente suas posições. Neste caso, destacamos a fala de Damares Alves quando se denomina “*terrivelmente cristã*”, apesar da laicidade do Estado. É nesta última forma de ação que talvez fique mais claro que tais atores aplicam direitos humanos e, para aplicá-los, interpretam-nos de formas concorrentes com a interpretação de instâncias superiores do Judiciário nacional e de cortes internacionais. No que concerne à defesa da família como uma categoria dos direitos humanos, percebemos que a interpretação de Damares é informada por um ideal de vida boa inscrito em um código que se postula ter validade universal por ser conforme à natureza, da qual se inferem princípios morais. A ideia é que a ordem jurídica e as ações do Poder Executivo brasileiro sejam informadas por esses princípios (a defesa da família natural), contribuindo para a produção de uma ordem social que espelhe a natural. As ações de Damares nos levam a pensar que há em voga uma reapropriação do direito natural e sua doutrina, que as inspira e que, ao mesmo tempo, é por elas forjada (SILVA; NAGAMINE; BARBOSA, 2020).

A oposição dessa direita conservadora em relação às pautas da agenda feminista não é recente, como demonstram Roman Kuhar e David Paternotte (2018), quando falam sobre o surgimento da expressão “ideologia de gênero”: “sua origem nos debates no Vaticano e, mais particularmente, na elaboração de uma contra estratégia após a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995” (KUCHAR; PATERNOTTE, 2019, p. 511). Porém, é importante ressaltar que esse mesmo discurso conservador também precisou ajustar o tom de suas críticas à agenda feminista de direitos, como ilustra Sara Diamond: “Mesmo à direita, não é mais politicamente correto fazer ataques diretos às mulheres, não se lê ou ouve argumentos da direita que as mulheres deveriam receber menos do que os homens pelo mesmo trabalho” (DIAMOND, 1998, p. 127). Isso não significa que o “feminismo” seja abraçado pelo discurso conservador, mas sim que o antifeminismo é definido em termos de combate de um mal maior. No contexto desta discussão que projeta uma guerra moral e um inimigo, “feministas” ocupam algo de uma posição paradoxal. Elas compõem a centralidade nos discursos “antifamília”, mas ao mesmo tempo são marginalizadas pelas tentativas de se definir um inimigo maior por trás da política global de “antifamília”. Embora ativistas conservadores minimizem a “ameaça feminista”, as feministas são, na maioria das vezes, as atrizes que os atores conservadores identificam como a força política por trás de políticas “antifamilistas”, tais como os direitos das mulheres, a liberdade reprodutiva, as políticas públicas e assim por diante (STIENSTRA, 2000).

No Brasil, os trabalhos de Rogério Junqueira (2017), Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) e Sonia Corrêa (2018) são referências importantes para compreender esse processo, o qual, segundo suas pesquisas, também estaria atrelado à circulação pública da expressão “ideologia de gênero” e à emergência da noção de família na pauta dos direitos sociais. Consideramos, além da crescente bibliografia católica sobre o tema, uma parcela de conteúdos publicados à exaustão na internet – como imagens, vídeos e cartilhas – que nos permitiram rastrear matrizes e selecionar as referências mais frequentemente citadas pelas publicações brasileiras nas redes sociais.

3 SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS NA DISPUTA PELA GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Uma breve genealogia dos acontecimentos pode nos ajudar a pensar o modo como o ativismo antigênero passa a intensificar os regimes de circulação da ideia de que a família é sujeito legítimo de direito, e o modo como esse processo é seguido por estratégias de ocupação das funções do Estado e pela visibilização de determinadas pautas, via plataformas institucionais de produção da agenda dos direitos humanos no país.

O primeiro deles ocorreu no Congresso Nacional em 2009, quando a discussão sobre a aprovação do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH III) foi objeto de uma controvérsia sobre os limites do Estado e o risco colocado pela perda da liberdade religiosa. Podemos pensar no PNDH III como uma situação significativa para fomentar coalizões entre ativistas católicos, evangélicos e espíritas na elaboração de uma situação pública em torno da necessidade de proteger o Estado e suas instituições do avanço das políticas de gênero.

O Plano Nacional de Direitos Humanos surgiu ainda na década de 1990, após a adesão do Brasil à convenção de Viena da ONU (1993), a qual recomendou a seus signatários a criação de um Programa Nacional de Direitos Humanos (OLIVEIRA, 2012). Em 1996, o Brasil publicou a primeira versão de seu programa, elaborado pela então Secretaria da Cidadania do Ministério da Justiça, que foi modificado em 1999. O primeiro Plano Nacional dos Direitos Humanos foi implementado no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, criada em 1997 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O último ano de governo de Fernando Henrique foi marcado pela aprovação da PNDH II, que listou a necessidade de o Estado Brasileiro fortalecer 518 objetivos para produção de políticas públicas para os direitos humanos subdivididos em 15 títulos (ADORNO, 2010).

O PNDH III, aprovado no final do segundo mandato do presidente Lula da Silva (2009), possuía seis eixos temáticos orientadores, 82 objetivos e 521 propostas de intervenções sociais. Dentre os objetivos descritos no documento aparece a necessidade de o Estado garantir o reconhecimento civil e parental das relações homoafetivas; a proibição de símbolos religiosos em ambientes públicos; maiores garantias em processos de demarcação de territórios para populações indígenas e quilombolas; o reconhecimento de todos os direitos reprodutivos como foco de políticas públicas de assistência à saúde; a necessidade de se garantir políticas de reparação social para as populações negras, indígenas e quilombolas; a criação de uma comissão que apurasse os crimes cometidos durante a ditadura militar; e uma regulação maior da imprensa (ADORNO, 2010; LUNA, 2014; MACHADO, 2016).

Ao contrário do que ocorreu com a aprovação dos dois planos anteriores, a aprovação do PNDH III se tornou alvo de uma grande controvérsia. Esta foi protagonizada, em parte, por canais de televisão aberta, que divulgaram que o texto colocava em risco a liberdade de imprensa. Mas recebeu, sobretudo, a contribuição de grupos religiosos católicos, evangélicos e espíritas que defendiam que os trechos sobre direitos sexuais para casais homoafetivos e os trechos relacionados ao reconhecimento da legalização do aborto como um ato de saúde pública colocavam em risco a Constituição Federal por atentarem contra o princípio da liberdade religiosa. A essas vozes ainda se somaram grupos ruralistas e militares incomodados com os processos de demarcação de terras indígenas e de apuração dos crimes ocorridos durante a Ditadura Militar (1964-1985), incitando a opinião pública contra a aprovação do PNDH III na íntegra (TEIXEIRA; VALENTE, 2021).

As manchetes de jornais publicaram opiniões de bispos católicos e pastores evangélicos, em sua maioria do segmento pentecostal, que diziam que o PNDH III incitaria a pedofilia e a sexualização precoce das crianças se fosse aprovado (MACHADO, 2016). Toda a controvérsia

fez com que o ministro da época cedesse às pressões conservadoras e, na véspera da aprovação do documento, alterasse os artigos que previam a legalização do aborto e o reconhecimento das uniões homoafetivas, o que só foi possível graças à decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida apenas em 2011. Somado a isso, em maio de 2010, o presidente Lula alterou ainda outros nove pontos para atender a reivindicações de militares e ruralistas (OLIVEIRA, 2013). Nos embates promovidos por militares, religiosos e ruralistas à época do PNDH III, a expressão “ideologia de gênero” não era mobilizada como escrita legislativa. No entanto, tais temas geram controvérsias públicas acerca dos limites e do modelo gestor do Estado há várias décadas. Dois acontecimentos importantes que podemos citar como significativos dessa disputa são, ainda na década de 1930, o debate sobre o ensino de Educação Sexual nas escolas e, no final dos anos 1980, a implementação das políticas públicas de combate à epidemia da AIDS (ver CORDULINO, 2020; MACHADO, 2002).

Apesar de ter ocorrido sob alguns efeitos públicos da controvérsia acerca do PNDH III, a eleição de Dilma Rousseff (2011-2016) trouxe novas esperanças acerca da expansão das políticas em relação à defesa de direitos no Brasil, principalmente pelo fato de ser alguém cuja trajetória é marcada pela experiência da prisão e da tortura sofridas durante a Ditadura Militar. Logo no início de 2011, a presidenta instaurou por decreto a fundação da Comissão da Verdade, responsável por estabelecer políticas reparadoras a pessoas que foram vítimas da Ditadura Militar e indenizações para familiares de pessoas desaparecidas que foram perseguidas pelo regime ditatorial. Por outro lado, o governo Dilma também permitiu o aumento significativo da representatividade de parlamentares de Frentes Parlamentares religiosas (dentre as quais a Frente Parlamentar Evangélica é a mais importante) em pastas e projetos promovidos pelo Poder Executivo, o que conferiu mais visibilidade e legitimidade a várias pautas religiosas que transitavam pela Câmara Legislativa Federal.

O ano de 2011 também foi marcado pelo lançamento da campanha “Escola sem Homofobia”, fruto de uma parceria entre o MEC e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. O projeto nasceu como um desdobramento importante do Programa Brasil sem Homofobia, que havia sido criado em 2004 durante o primeiro mandato de Lula. A campanha “Escola sem Homofobia” consistiu na produção de um material didático composto por livros e vídeos para abordar a diversidade sexual nas escolas públicas de toda a rede nacional de ensino. O material era fruto de um processo de síntese de pesquisas sobre homofobias nas escolas que apontavam para a necessidade de se trabalhar essa temática como um item transversal das disciplinas escolares (JUNQUEIRA, 2012). Desde o evento de lançamento, a campanha se tornou alvo de parlamentares, que organizaram uma ofensiva difamatória do material didático. Tal ofensiva concedeu visibilidade nacional a três figuras que passaram a ganhar maior centralidade política nos anos seguintes. A primeira delas foi Jair Messias Bolsonaro, que na época era um deputado polêmico e inexpressivo eleito pelo Estado do Rio de Janeiro. Bolsonaro passou a pedir espaço de entrevistas em alguns programas televisivos de auditório na posição de denunciador de uma estratégia do governo para que as escolas fossem obrigadas a aderir à homossexualidade como orientação sexual. Foi por meio de suas palavras que a campanha “Escola sem Homofobia” passou a ser conhecida pela ideia de “ditadura gay” e o material didático que compunha a campanha batizado de “kit gay” (LEITE, 2016; 2019)⁴.

A ofensiva visibilizada por Bolsonaro contra a campanha educativa também foi protagonizada por duas figuras religiosas, duas lideranças evangélicas: Marco Feliciano⁵, que na época era deputado federal pelo Estado de São Paulo, e Silas Malafaia⁶, que, apesar de não ter ocupado nenhum cargo político, sempre teve visibilidade pública por ser fundador de um importante Ministério da Assembleia de Deus, que reúne um conjunto de denominações pentecostais, compondo a maior camada de fiéis evangélicos no Brasil. Pr. Marco Feliciano lançou-se em entrevistas e na participação em programas televisivos. Nesses espaços, dizia que sua missão consistia em proteger as crianças e as escolas de estratégias de pedofilia. Feliciano também passou a chamar o material didático produzido no âmbito da campanha Brasil sem Homofobia de “kit gay”. O Pr. Silas Malafaia adotou estratégia semelhante, além de usar sua rede social de seguidores, que, em canais como o YouTube, chegava a dez milhões (LEITE, 2016; LEITE, 2019).

Em resposta à ofensiva, Dilma Rousseff decidiu desautorizar a realização da campanha alegando que o estado brasileiro não podia compactuar com práticas pedagógicas que incentivavam a homossexualidade⁷. Em 2012, Pr. Marco Feliciano foi eleito Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa Federal, Jair Bolsonaro tornou-se seu relator e dezenas de projetos de lei passaram a transitar mais facilmente com uma liderança expressivamente conservadora. Entre os anos de 2013 e 2015 a Comissão discutiu e produziu pareceres de centenas de projetos de lei cujo foco era o acirramento das moralidades, dentre os quais se destacam projetos de lei para a cura da homossexualidade (TEIXEIRA; MELLO, 2021; OVIEDO, 2020).

O dispositivo para garantir o exercício dos direitos humanos no Poder Legislativo passa a ser instrumentalizado por uma direita cristã que investe na justificação pública de sua ação pela necessidade de proteger o espaço escolar de um projeto político internacional orquestrado por uma esquerda política que buscava consolidar sua hegemonia por meio da doutrinação política, da desvirtuação da natureza, que estaria em risco pelo crescimento das pautas dos direitos sexuais e de gênero. Nesse sentido, a escola se torna o espaço justificador da ação religiosa no público, como se agir em defesa da moralidade a partir do espaço escolar fosse capaz de laicizar a ação religiosa junto ao Estado. É nesse contexto permeado por guerras culturais e pânico morais que projetos de lei sobre “ideologia de gênero”, ou sobre processos que possam coibir o ensino de questões sobre gênero e sexualidade nas escolas, ou sobre o Escola Sem Partido, ou sobre a necessidade de se proteger o espaço escolar de doutrinações partidárias, passam a transitar com força no cenário político nacional.

Essa coalizão representou uma estratégia importante, que permitiu um intenso ativismo religioso durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014), quando líderes católicos e evangélicos, dentro e fora do Congresso Nacional, uniram-se para coibir o uso da categoria “gênero” na educação. O documento oficial, publicado após a promulgação da Lei 13005/2014, descreveu o embate em torno da questão de gênero como a mais ruidosa polêmica no debate sobre o projeto. A polêmica referia-se ao tema da “superação das desigualdades educacionais” (inciso III, art. 2º) e à ênfase deste na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, que, por fim, foi substituído pela sentença “erradicação de todas as formas de discriminação”.



Figura 2 – Manifestações durante votação do PNE.
Fonte: Blog da Família/Reprodução (2015).

Esse confronto foi além do Congresso e nos anos seguintes alcançou os vinte e seis estados brasileiros. A cruzada legislativa contra a “ideologia de gênero” – exemplarmente espetacularizada na votação do PNE – chegou às câmaras de todos os estados brasileiros, gerando novos conflitos na aprovação dos planos regionais de educação. Na maioria dos estados brasileiros e em dezenas de municípios, os planos aprovados excluíram expressões relacionadas ao gênero e à sexualidade ou, em poucos casos, foram substituídas por generalizações como “respeito aos direitos humanos” ou “respeito à diversidade” (TEIXEIRA; VALENTE, 2020).

A ofensiva não se restringiu ao campo do planejamento de políticas públicas para a educação, chegando a sugerir a criminalização de práticas educativas e de docentes. Esse é o caso do PL 4893 citado no início deste texto e que atualmente se encontra tramitando em conjunto a outro projeto, o PL 3235/2015, de autoria do ex-deputado e pastor Marco Feliciano (PSC/SP), que visa alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), acrescentando o seguinte parágrafo:

Art. 234 - A Veicular a autoridade competente, em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e programas governamentais, termos e expressões como ‘orientação sexual’, ‘identidade de gênero’, ‘discriminação de gênero’, ‘questões de gênero’ e assemelhados, bem como autorizar a publicação dessas expressões em documentos e materiais didático-pedagógicos, com o intuito de disseminar, fomentar, induzir ou inculcar a ideologia de gênero. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa. (NR) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Na área penal houve ainda projetos para retirar a palavra “gênero” da lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres (Lei 11340/2006)⁸. Na área da saúde, uma proposta almejava revogar a Lei 12845/2013 de atendimento obrigatório e integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres vítimas de violência sexual⁹. Além disso, houve dezenas de requerimentos para suspender a obrigatoriedade de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero em boletins policiais e notificações de saúde.

Em abril de 2016, durante a votação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, assistimos à maioria de parlamentares favoráveis ao *impeachment* declarando votos em prol da *família* e contra a suposta “ideologia de gênero”. Declaração de voto significativa foi manifestada pelo Partido Humanista Solidário (PHS), representado pelo deputado federal Givaldo Carimbão. O partido se declarou contra o aborto, a “ideologia de gênero”, a eutanásia e em favor do processo de destituição da presidenta. Em 2015, o mesmo congressista integrou a Comissão de Educação da Câmara Federal e atuou decisivamente pela exclusão da perspectiva de gênero nos planos de educação dos estados e municípios brasileiros.

Nas eleições presidenciais de 2018, a campanha antigênero voltou ao centro dos debates nacionais, sendo promovida pelo candidato do PSL, Jair Messias Bolsonaro. Utilizando habilmente as redes sociais, sua campanha assumiu enfática e estrategicamente a cruzada contra o gênero, angariando o decisivo apoio de parte significativa do eleitorado evangélico (e, também, parte do eleitorado católico). Em sua única participação nos debates eleitorais televisivos, o candidato declarou:

Nós precisamos de um presidente honesto, que tenha Deus no coração, seja patriota e seja independente para, pelo exemplo, governar esse grande país. Um presidente que honre e respeite a família; que trate com consideração criança em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a Escola Sem Partido. [...] Um presidente que deixe para trás (sic) o comunismo e o socialismo.¹⁰



Figura 3 - Bolsonaro em entrevista à Rede Globo.

Fonte: TV Globo/Reprodução (2018).

Suas declarações são representativas do modo como grupos políticos e religiosos conseguiram conquistar um espaço no cenário político nacional a partir da publicização de uma guerra contra a "ideologia de gênero", a tal ponto de esta pauta dividir espaço na agenda pública e eleitoral com temas como a segurança pública e a corrupção. Não por acaso, sua menção aos termos "ideologia de gênero" e "doutrinação ideológica" nos remete à mesma abordagem discursiva observada nas reformas educacionais no Brasil e nas publicações cristãs que denunciavam uma "conspiração internacional". Além disso, o excerto é revelador da poderosa aliança nacional entre grupos políticos religiosos – representados principalmente pela Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional – e o que ficou conhecido como Bancada da Bíblia, que reúne movimentos religiosos componentes da nova direita cristã no país (LACERDA, 2019).

Ainda sobre a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a aliança com o ativismo antigênero se materializou na circulação extensiva pelas redes sociais, fundamentalmente pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, da imagem de um item que supostamente teria sido distribuído nas escolas como parte do material didático principal do "kit gay". Trata-se da imagem de uma mamadeira com a parte superior de borracha esculpida em formato de pênis. O objeto foi nominado como "mamadeira de piroca" e passou a representar o risco de se apostar numa plataforma política que pretendia "converter" crianças em pessoas LGBTs.



Figura 4 - Imagem de mamadeiras que teriam sido distribuídas pelo Ministério da Educação em 2011.

Fonte: Reprodução/Twitter

Nesse contexto, a fundação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a nomeação de Damare Alves para chefiar a pasta podem ser entendidos como um efeito

resultante dessa cadeia de acontecimentos que pautam na arena pública um repertório político que é agenciado por um ativismo antigênero. Nesse processo, as plataformas estatais desenvolvidas para o debate e a promoção de políticas públicas para os direitos humanos se tornam foco de uma disputa em que os direitos humanos são acionados como um exercício léxico capaz de traduzir doutrinações e mesmo um modelo de ativismo teológico na necessidade de se garantir a escrita de uma moralidade civil junto ao Estado.

4 A DISPUTA PELA GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS E A CONVIVIALIDADE COMO LINGUAGEM

A escolha de Damares Alves para chefiar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não foi aleatória. Sua imagem contribui para a legibilidade do governo Bolsonaro junto a um segmento significativo da população brasileira. Trata-se de mulheres negras, que têm presença majoritária no segmento religioso pentecostal e que correspondem à maior porcentagem da população do país¹¹. Damares Alves é pastora, filha de uma família fundadora de ministério pentecostal muitíssimo relevante, a Igreja do Evangelho Quadrangular. Por pertencer a uma família missionária, parte de sua vida ocorreu na região nordeste e na região norte do país, tendo atuado como missionária entre povos indígenas. Sua trajetória política começou como conselheira representante de conselhos municipais voltados para os direitos das crianças e das mulheres, o que, segundo suas palavras, a impulsionou a cursar direito. Como advogada, Damares atuou como assessora parlamentar da Frente Parlamentar Evangélica e, juntamente com outros assessores fundou a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), associação que foi nomeada por ela para escrever em 2022 o Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH IV).

Pensar o pentecostalismo no Brasil como algo que transcende os limites da esfera religiosa por produzir engajamentos políticos e espaços locutórios em que é possível disputar os regimes narrativos para a desigualdade é algo que nos parece central. Mais de 14.000 igrejas evangélicas são inauguradas anualmente no Brasil (IBGE). Desde a adoção do primeiro Código Civil em 1918, a abertura de igrejas depende de um procedimento administrativo relativamente simples, com custos pequenos e isento de impostos, o que significa o reconhecimento como uma “igreja” a inúmeras atividades religiosas iniciadas por pregadores e missionários independentes (a maioria desses pastores participam de aulas de teologia em cursos à distância e de curta duração). Outro dado interessante é que a maioria dessas igrejas está implantada em territórios considerados periféricos e sem qualquer estrutura pública, o que torna esses espaços um importante equipamento urbano. Assim, a expansão dessas igrejas pode ser justificada pelo papel que desempenham junto à população periférica na prestação de serviços comunitários em territórios totalmente desassistidos por infraestrutura cultural, social e econômica, além de oferecerem suporte moral e espiritual em contextos marcados pela exposição à violência.

Por isso, é fundamental pensar como os sujeitos pentecostais disputam as morfologias do Estado propondo um modelo de convivialidade no qual determinados marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça, sexualidade e geração, conectam-se à narrativa teológica da guerra, algo cada vez mais presente, considerando a presença expressiva de pessoas evangélicas no cenário político nacional. Essa narrativa teológica, que pensa os regimes de convivialidade a partir de noções como “guerra” e “domínio” (CARRANZA et al., 2018; CORTÊS, 2021; VITAL DA CUNHA, 2018), emerge na cena pública na disputa pelos sentidos dos direitos humanos, um processo que se torna mais evidente a partir do governo de Jair Bolsonaro.

Iniciado em 2019 no Brasil, o governo de Jair Bolsonaro pode ser entendido como um caso exemplar de múltiplos fenômenos conservadores contemporâneos vividos globalmente com diferentes manifestações em cada país. Esta pesquisa propõe que as atuais expressões conservadoras no campo político se destacam das táticas conservadoras do passado, principalmente no que diz respeito ao papel dos direitos humanos em sua estratégia: atualmente, o espaço de produção e discursos de políticas públicas de direitos humanos é uma arena central para grupos conservadores, que conseguiram conectar a linguagem da política conservadora à necessidade de disputar a agenda de direitos, impondo uma nova gramática a tal dimensão da vida pública, ao mesmo tempo em que reafirmam princípios que se contrapõem ao que antes havia sido estabelecido como consenso sobre o que “direitos humanos” significa. Dentre esses

consensos, no caso do governo de Bolsonaro, raça, gênero e sexualidade parecem ter um papel central.

O caso da menina de 10 anos do Espírito Santo, vítima de estupro pelo tio que acabou engravidando em decorrência disso, ilustra bem a reinterpretação dos direitos humanos no governo Bolsonaro. Alguns dias depois da polêmica, o presidente Bolsonaro e Damares gravaram juntos uma *live* em que afirmavam que concentrariam as forças do governo federal no combate à pedofilia, pois este, sim, era um verdadeiro direito humano. Eles não esclarecem o que querem dizer com pedofilia, mas em sua utilização o termo abrange um grande rol de condutas, como, por exemplo, as políticas públicas de governos anteriores que dariam acesso à educação sexual nas escolas e seriam, para Damares e Bolsonaro, formas de facilitar práticas pedófilas. Na *live*, Damares e Bolsonaro enfrentam tacitamente a polêmica em torno do caso da menina capixaba deslocando a discussão da tentativa de intervenção pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o combate à pedofilia. Os dois tentavam mostrar que ser favorável ao aborto em casos de estupro significava ser anuente ou fechar os olhos para o estupro de menores. Bolsonaro faz questão de afirmar que os direitos humanos de seu governo são completamente diferentes dos direitos humanos dos governos anteriores. O movimento do argumento reflete uma lógica que precisa ser investigada, pois não há contestação aos direitos humanos, e sim uma reinterpretação deles. Isto é, contesta-se uma interpretação dos direitos humanos e propõe-se outra, concorrente.

Essa controvérsia ilustra bem como os direitos humanos são hoje uma linguagem política compartilhada e disputada desde dentro. Grupos conservadores atuam para redefinir seu léxico e seus sentidos, relacionando-os às ideias de família e direito naturais. Damares reforça o vínculo dos direitos humanos com a família. Ela afirma que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos era um sonho da ‘família brasileira’ tornado realidade pelo governo Bolsonaro, que elevou a proteção da vida desde a concepção como espinha dorsal do ministério. Segundo ela, o Ministério cumpre a promessa de campanha de Bolsonaro de defender os direitos humanos da vítima e de sua família, pois os direitos humanos, no passado, causavam irritação na população brasileira, sendo vistos como aplicáveis apenas para pessoas que viviam à margem da lei. Com o governo Bolsonaro, eles teriam se tornado uma ferramenta para enfrentar desafios como a pedofilia, o estupro de crianças, de bebês e de recém-nascidos.

Enunciar determinas políticas para a infância, para as mulheres e para as famílias se tornou um lugar significativo para se visibilizar agendas antigênero e se construir um léxico político cujo foco consiste em disputar a legibilidade pública de políticas que se consolidaram no decorrer da história dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br>>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- BUSS, Doris; HERMAN, Didi. *Globalizing family values: The Christian right in international politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei N. 3235/2015. Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".
- CARRANZA, Brenda; VITAL DA CUNHA, Christina. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus. *Social Compass*, v. 65, n. 4, p. 1-17, 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0037768618792810>>. DOI: 10.1177/0037768618792810.
- CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une Arène publique? Quelques pistes pour une approche Pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Org.). *L'Héritage du pragmatisme*. La Tour d'Aigues: L'Aube, 2002.

- _____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- _____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, 2018.
- CORTÊS, Mariana. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. e021025, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.46419. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/46419>>. Acesso em: 24 dez. 2021.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: Do Império à República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.
- FASSIN, Éric. Gender and the Problem of Universals: Catholic Mobilizations and Sexual Democracy in France. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 173-186, 2016.
- GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Massimo. *La croisade anti-genre: Du Vatican aux manifs pour tous*. Paris: Textuel, 2017.
- GRAFF, Agnieszka. ‘Gender Ideology’: Weak Concepts, Powerful Politics. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 268-272, 2016.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. London: Cornell University Press, 1998.
- KOROLCZUK, Elżbieta. The Vatican and the Birth of Anti-Gender Studies. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 293-296, 2016.
- KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality*. London, New York: Rowman & Littlefield International Ltd, 2017.
- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- LAVIZZARI, Anna; PREARO, Massimo. The anti-gender movement in Italy: Catholic participation between electoral and protest politics. *European Societies*, v. 21, n. 3, p. 422-442, 2019.
- LEITE, Vanessa. Adolescentes LGBT e o confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 40., 2016, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2016.
- LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 119-142, 2019.
- LINDKVIST, Linde. The Politics of Article 18: Religious Liberty in the Universal Declaration of Human Rights. *Humanity*, Philadelphia, v. 4, n. 3, p. 429-447, 2013.
- LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 50, 2017.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 447-463, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.
- MOYN, Samuel. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge: Massachusetts: London: Harvard University Press, 2010.
- _____. *Human Rights and the uses of history*. London: New York: Verso, 2014.
- _____. *Christian Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.
- MOSCHKOVICH, Marília. *Feminist Gender Wars: the reception of the concept of Gender in Brazil and the production and circulation of knowledge in a global system*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal Kawano. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 28-56, 2019.

- OLIVEIRA, Luciano. Direitos humanos e cultura política de esquerda. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 27, dez. 1992.
- REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012.
- SILVA, Aramis Luis; NAGAMINE, Renata. *Coalizões como efeitos do ato de imaginar juntos e separados*. (No prelo).
- SILVA, Aramis Luis; NAGAMINE, Renata; BARBOSA, Olívia. *Direitos humanos e os trabalhos da imaginação: uma etnografia da ordenação da primeira reverenda trans da América Latina*. (No prelo).
- SILVA, Aramis Luis; NAGAMINE, Renata; BARBOSA, Olívia. Direitos Humanos, Religião e Comunicação Social no Brasil. *Le Monde Diplomatique*, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/direitos-humanos-religiao-e-comunicacao-social-no-brasil/>>.
- TEIXEIRA, Jacqueline; M. MELLO, F. No es humo, es fuego! Cruzada anti-gênero y resistencias feministas en Brasil. In: VEJA, Cristina; CABEZAS, Marta (Org.). *En la/La trinchera patriarcal: Neoliberalismo autoritario y nuevas derechas en Europa y las Américas*. ed. Bellaterra. Universitat Autònoma de Barcelona, 2021. p. 201-231.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes ; VALENTE, G. Disputes pour les droits de l’homme au Brésil: une grammaire évangéliste dans les politiques publiques d’éducation. In: BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte; KOUSSSENS, David (Org.). *Les protestants évangéliques et la laïcité*. Ed. Université Paris Saclay. 2021. p. 58-78.
- VAGGIONE, Juan Marco. Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious. *Social Theory and Practice*, v. 31, n. 2, p. 233-255, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23558464>>.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. *Plural: Revista semestral de la Asociación Latinoamericana de Antropología*, Montevideu, año 3, n. 6, p. 123-149, jul./dez. 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CUXdwdnogBM>>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- ² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ³ Damare Alves celebra ‘nova era’: “Meninos vestem azul e meninas, rosa”; assista: Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro foi aplaudida após a declaração; vídeo circulou nas redes sociais nesta quarta. Último Segundo IG, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-0103/damare-alves-veste-azul.html>>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- ⁴ Em fevereiro de 2011, a expressão “kit gay” foi empregada pela primeira vez para designar, pejorativamente, o material didático Escola Sem Homofobia, produzido pelo Ministério da Educação como parte do *Programa Brasil sem Homofobia* (2004). Disponível em: <[Brasil Sem Homofobia.pdf](#)>. Acesso em: 1 jun. 2021. Tratava-se de um pronunciamento do então candidato à presidência da Câmara Federal, Jair Bolsonaro, em 01/02/2011: “Jovens Parlamentares, este ano escolas públicas de primeiro grau estão distribuindo um *kit gay* de estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade, com a participação desta Casa. [...] Cabe à Presidência da Casa trazer este tema para cá – votarmos essa questão – e não deixar que o Executivo legisle e crie currículo de assunto tão importante junto à garotada do primeiro grau”. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados](#)>. Acesso em: 3 set. 2019.
- ⁵ Fundador da Igreja Catedral do Livramento, um desdobramento da Igreja Assembleia de Deus, com sede na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, Marco Feliciano foi missionário e pregador itinerante até iniciar seu próprio ministério pastoral, em 2003. Iniciou sua trajetória política em 2010 quando foi eleito Deputado Federal pelo Partido Social Cristão (PSC) sendo conhecido naquele ano como o Deputado com maior votação nacional ao receber 221 mil votos pelo Estado de São Paulo. Em 2013 assumiu a presidência da

Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal. A eleição ocorreu após os deputados Domingos Dutra (PT), Erika Kokay (PT), Jean Wyllys (PSOL), Luiz Couto (PT-PB) e Luiza Erundina (PSB) terem abandonado a sessão por não considerarem a indicação do pastor como condizente com os objetivos da comissão. Feliciano foi eleito por 11 votos a favor e um em branco pelos doze parlamentares que permaneceram na sessão. Disponível em: <Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos>. Acesso em: 1 jun. 2021.

- ⁶ É pastor fundador da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, Silas Malafaia é de uma família de pastores pentecostais. Tornou-se nacionalmente conhecido como televangelista no final da década de 1990. Como uma liderança pentecostal de relevância nacional, Malafaia sempre explicitou posições públicas controversas ao defender a criminalização do aborto como crime hediondo, a cura da homossexualidade e a participação política de pessoas religiosas. Apesar de nunca ter ocupado nenhum cargo político, Malafaia se destacou como cabo eleitoral nas eleições presidenciais, construindo uma oposição pública ao Partido dos Trabalhadores (PT) e se engajando nas candidaturas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2018 decidiu se distanciar do apoio ao PSDB para concentrar suas redes sociais e canais de mídia no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro.
- ⁷ De acordo com a reportagem de 25 de maio de 2011, Dilma Rousseff disse: "O governo está empenhado em que todos os documentos relativos à moral serão doravante baseados em consultas mais amplas com a sociedade. Disponível em: <Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- ⁸ PL 477/2015 do deputado Eros Biondini (Partido Trabalhista Brasileiro). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949119>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- ⁹ PL 6055/2013 do deputado Pastor Eurico (Partido Socialista Brasileiro) e outros. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=586417>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- ¹⁰ Transmissão televisiva de 09/08/2018. Disponível em: <https://youtu.be/9EnJeUKwX_c>. Acesso em: 1 dez. 2018.
- ¹¹ A pesquisa Datafolha, divulgada em 13 de janeiro de 2020, que avaliou o perfil religioso de brasileiros de todas as regiões. Em relação a gênero e raça, a pesquisa demonstrou que 58% dos evangélicos são mulheres, entre as quais 43% se identificam como pardas e 16% como pretas. As brancas são 30%, segunda maior porcentagem, e as mulheres amarelas e indígenas aparecem com 3%.

Recebido em dezembro de 2021.

Aceito em junho de 2022.